A IMPOSIÇÃO DA MATERNIDADE PARA AS MULHERES NA HISTÓRIA E NOS MEIO DE COMUNICAÇÃO

Alice Mitika Koshiyama[1]

Resumo: Este trabalho problematiza a maternidade como questão de gênero. A sociedade e os meios de comunicação de massas atuam para apresentar a maternidade como fenômeno natural e desejável da condição de ser mulher, mobilizando os dispositivos ideológicos religiosos e laicos para barrar a autonomia da mulher nesse processo de definir se desejam ou não ser mãe. Constatamos, ainda hoje, que a escolha da não maternidade, provoca estranhamento e até absoluta reprovação de parte dos seus contemporâneos. O conhecimento médico destinado a socorrer mulheres com dificuldades para engravidar só tem sido aperfeiçoado. Os recursos médicos estão disponíveis e o destaque é para a valorização do esforço para ser mãe. Concluímos que os meios de comunicação de massas contribuem para reafirmar os valores dominantes de exaltação à maternidade.E que a maioria da sociedade brasileira não aceita a autonomia das mulheres no exercício dos direitos sexuais e reprodutivos. Dentre os estudos que alicerçam este trabalho estão: A. Heller (7ª. Ed., 2004); F. Braudel (1978); A. Cova (2011); M. Perrot (2007);. R.P. Araújo (2002), E. N. Cobra.(1924); P. Gay (1998); M. Rago (1ª. ed., 1991) ; C. da Silva (1994); A. Koshiyama (2008).; D. Diniz (2016).

Palavras-chave: comunicação-história; maternidade-cidadania da mulher; direitos sexuais e reprodutivos.

Introdução

A historiografia sobre a maternidade foi abordada com as ferramentas da interdisciplinariedade dos estudos, da demografia às abordagens sócio culturais -- e as pesquisas sobre a importância da abordagem de gênero. (COVA, 2011) No entanto, no ensaio de Anne Cova, História da Maternidade: em que ponto estamos?, a questão de gênero aparece na perspectiva de proteção à maternidade pelo estado de bem estar social e o valor dominante é o de ser mãe, o que caracteriza uma perspectiva conservadora, dominante nas sociedades ocidentais. Cova trabalha corretamente dentro dos princípios da legitimidade da pesquisa acadêmica. Mas os desafios para a mulher escolher se desejam ou não a maternidade não estão contemplados no seu contexto historiográfico. E mesmo as posições dos movimentos feministas são divergentes na defesa da autonomia das mulheres para decidirem se querem ou não assumir a maternidade.

A percepção da desigualdade das mulheres

[1] Prof. Draa. Sênior, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Departamento de Jornalismo e Editoração. São Paulo Capital, Brasil.

Observamos que a legitimidade acadêmica dos estudos de gênero como área de estudos especializados sobre as mulheres nas suas relações com a sociedade é algo recente, mais precisamente dos anos setenta do século passado, esclarece a historiadora Michelle Perrot (2007).
No entanto a mulher sempre esteve presente na história. A situação das mulheres no Brasil Colonial foi abordada por Renata Araújo em uma síntese didática que descreve as condições de vida oferecidas todas elas, mães e mães solteiras, concubinas, escravas, praticantes de abortos e infanticídios. (ARAÚJO, 2016)

A idéia de que mulheres pudessem decidir sobre suas vidas em sociedade era algo inusitado na cultura dominante ainda nas primeiras décadas do século XX. A elas estava reservado o papel de cuidar do lar, ser mãe e esposa.

Destacamos Ercília Nogueira Cobra, uma pensadora radical que defendeu até o fim dos seus dias suas proposições sobre autonomia para a vida das mulheres no Brasil. Suas concepções sobre saúde mental e física e sexualidade das mulheres foram validadas em pesquisas realizadas posteriormente. Os preconceitos e superstições que afetavam a saúde mental e sexual das pessoas foram anotadas em pesquisas sobre estudos da história da cultura como os de Peter Gay. (KOSHIYAMA, 2008). "Educação para os direitos da mulher Mas a mulher é um ente humano! Tem direitos naturaes, soffree não póde continuar a servir de tapete para os pés dos homens." (COBRA, 1924, p.51). Na sua análise vemos a relação entre educação, trabalho, autonomia, sexualidade e saúde. Esses quesitos estão relacionados a admissão, de que a mulher é um ser humano com direitos iguais aos do homem, defendia Nogueira Cobra. E que somente em 1988 teria reconhecida a igualdade de direitos.

Partimos de uma perspectiva interdisciplinar para problematizar a questão de gênero: o conceito do que é ser uma mulher saudável muda ao longo do tempo. Há várias pesquisas sobre a construção da saúde e uma delas apresenta uma perspectiva sobre sexualidade e vida quotidiana que relata a participação da ordem médica, religiosa e educacional na construção social da saúde ao estabelecer patologias e doenças de uma época (cf.: Peter Gay. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*.). Gay refere-se ao contraste entre os discursos sobre a sexualidade – as interdições, as condenações, os pecados, as enfermidades – e os registros sobre as práticas realizadas, as fantasias alimentadas sobre sexo na vida quotidiana. Ou seja, o comportamento sexual pregado era um mito, mas pessoas adoeciam ao tentar seguir diretivas dominantes sobre como viver a sua vida sexual; e algumas delas foram pacientes da psicanálise de

Freud. A história da sexualidade reprimida derruba a idéia da saúde mental como um valor em si, desligado da sociedade que o prescreve.

Neste contexto, consideramos as mudanças sobre os comportamentos dados como corretos e saudáveis, exemplos de conquistas pertinentes a ampliação dos direitos de cidadania da mulher. Por isso, cabe observar a emergência de discursos sobre questões de gênero, divergentes da ordem dominante em diferentes épocas da história. O que inclui a questão da maternidade.

O livro de Ercilia Nogueira Cobra traz proposições para a vida quotidiana da mulher na sociedade brasileira dos anos vinte. Veremos se suas propostas para a vida das mulheres, formam um processo de "longa duração" (cf.: BRAUDEL, 1978, pp. 41-79) na história dos direitos de cidadania e dos direitos sexuais e reprodutivos. Cobra propõe que a maternidade não pode ser imposta as mulheres, e que elas tem o direito de rejeitar a idéia de ser mãe. Ela própria recusou esse papel, em confronto direto com os costumes de sua época.

No tempo de Ercília Nogueira Cobra, a mulher vivia sob o peso esmagador das leis e dos costumes que impediam o seu pleno desenvolvimento: intelectual, físico e emocional. E Ercília lutou contra a religião, as leis, a medicina, a polícia e a maioria de mulheres e homens insensíveis à sua pregação inovadora.

Margareth Rago explica, em sua tese de doutorado (1991) o que era o sistema que mantinha a opressão das mulheres rotuladas em "honestas", as prostitutas e as religiosas. No seu estudo vemos em detalhes a organização social, religiosa, econômica e política, criticada por Ercília Cobra.

Considerar a possibilidade de mudar os homens era visto como impossível por Ercília.. Ela confiava que educação e profissionalização erm as chaves para uma vida com autonomia.

Permanência do passado no presente

A distância no tempo mostra a permanência de uma situação de opressão em vários lugares do mundo: o não reconhecimento pleno da autonomia da mulher sobre a sua saúde física e mental, a negação dos seus direitos de cidadania – civis, políticos, econômicos, sociais, inclusive os sexuais e reprodutivos. Ercília Cobra debate explicitamente as questões da sexualidade e da reprodução, que eram silenciadas ou camufladas nos anos vinte do século passado, como direitos e como temas da saúde da mulher.

Do seu texto, extraímos uma conclusão: virgindade, gravidez, aborto, maternidade são processos vividos pelos corpos das mulheres. Mas são pessoas – homens e mulheres na cultura -- que defendem os valores, constroem os ritos e elaboram os mitos sobre esses momentos.

A visão de Ercília é diferente do feminismo de Cármen da Silva, que foi debatido e defendido nas páginas da revista *Cláudia* de 1963 a 1985 (1994). E que propunha mudar os papéis de homens e mulheres na sociedade: modificar leis, dividir tarefas, compartilhar papéis de cuidar dos filhos e da casa e trabalhar em uma profissão. Ela apresentava uma mulher "protagonista de sua história". (KOSHIYAMA, 1998) Eram possibilidades vistas nos anos sessenta do século XX, e mesmo hoje, as mulheres precisam investir na autonomia.

Mas de quais mulheres estamos falando? Maiores oportunidades de decidir terão aquelas mulheres com educação regular e habilitadas para desenvolver uma carreira profissional, e buscar rumos novos para as suas vidas. Em tese seriam elas que avaliariam as dificuldades da maternidade e até poderiam rejeitar o *status* de ser mãe.

Muitas mulheres brasileiras ainda hoje não sabem que tem a autonomia, o direito de administrar a sua vida, pelo direito adquirido pelas mulheres a partir da Constituição Federal de 1988, que reconhece a mulher como um ser humano capaz, em igualdade com o homem. Ela não é mais um ser semi-capaz, que devia se submeter à autoridade do homem como dizia a Constituição de 1946.

Maternidade: uma obrigação que oprime

As pressões para serem mães podem destruir as vidas daquelas que rejeitam opção, como foi relatado em "Sobre a incapacidade de entender a dor das pessoas – PARTE 01 e parte 2" (BUPROPIONA, 2016).

> Ao atender um chamado noturno, a médica identificou um surto psicótico em uma mulher de 25 anos, uma mãe desesperada, que havia tentado o suicídio pela décima primeira vez. A vítima encontrou na médica da equipe de socorro uma interlocutora atenta e se abriu.
> A moça não pensava em ser mãe, odiava o trabalho de ser mãe e só enxergava o trabalho e as frustrações de ter de trabalhar fora e cuidar de 2 crianças, tinha pais católicos que reprovaram a idéia do aborto, como o seu marido contrário ao divórcio que ela queria. Abandonou seus estudos universitários para ser mãe. Eu sempre quis fazer Engenharia Química. Trabalho em uma indústria de cosméticos aqui em Curitiba e acabei me apaixonando. Meu sonho era estudar na UFPR, fiz 1 ano de cursinho, não passei na 1ª fase por 2 questões. Tentei no ano seguinte e passei em 4º lugar. Me senti a melhor pessoa do mundo. Na faculdade, conheci o meu marido. Foi em um dos churrascos da Medicina. Começamos a namorar, e quando eu estava no começo do 5º período, engravidei. O anticoncepcional perdeu o efeito porque tive uma infecção fúngica e o medicamento cortou o efeito. Ninguém me falou isso e deu no que deu. Engravidei de gêmeos. (BUBROPIONA, parte I, 2016)

Ela parou de estudar, o casamento de 4 anos tinha exaurido suas forças e sua vontade de viver e sentia-se um monstro. Nunca teve seus sentimentos compreendidos, até encontrar a médica que a

socorreu e observou: "(...) quando uma mulher decide por ser *childfree*, ou quando abre o jogo que se arrependeu da maternidade, ela é massacrada até se achar o ser humano mais podre e seco do mundo." (BUBROPIONA, parte I, 2016)

Bubopropiona manteve atendimento à paciente e procurou saber se havia outras possíveis mães desadaptadas. Encontrou um site em que as mulheres desabafavam, narrando as suas experiências. No Google encontrou: ODEIO SER MÃE.

Uma reportagem de Juliana Carpanez (http://tab.uol.com.br/maternidade#filho-da-mae) revela as diversas facetas do ser mãe: "Tudo aquilo que a propaganda de fraldas não mostra, que as mulheres ignoram quando sonham em ter filhos, que não aparece no álbum de família."

O movimento feminista impulsionou o debate, com a ajuda da internet grupos de mulheres passaram ao questionamento sobre o que é a maternidade real. Muitas procuram se explicar com um: "detesto ser mãe, mas amo o meu filho". Com ênfase no "mas", para dar uma aliviada. O que não as livra de ataques. Por quê?

Orna Donath, doutora em sociologia constata que a sociedade aceita o sofrimento materno desde que a experiência da maternidade seja considerada válida. Pode-se falar sobre as dificuldades em criar um filho, mas não renegar totalmente a maternidade, com uma queixa desprovida de manifestação de amor, sob pena de taxarem a mulher de louca e até perigosa.

Donath observou no seu estudo sobre o arrependimento de ser mãe: "É extremamente conveniente para a sociedade que mães e filhos lidem com suas insatisfações de forma privada, mas surge a necessidade urgente de um alerta coletivo". Deve haver uma nova divisão de trabalho entre mães e pais (a criação ficaria assim menos restrita à relação entre mãe e filho, como hoje é comum). E é preciso mudar a percepção social da mãe, e evitar tanto a sua "marginalização" (dificuldade em conseguir emprego) quanto a sua "canonização" (percepção que a impede de atender as suas próprias necessidades). E a maternidade deve ser uma escolha das mulheres. Não se deve cobrar filhos a todo custo daquelas que não querem ou não podem tê-los:

> "O fato de as mulheres terem os mesmos órgãos reprodutivos não significa que têm os mesmos sonhos, anseios, necessidades e fantasias. Algumas querem e podem ser mães. Outras, não. Deixe que elas tomem esta decisão. Uma decisão que, como falam na tentativa de as convencerem a serem mães, pode realmente mudar suas vidas para sempre. " (http://tab.uol.com.br/maternidade#tematico-7)

Afirmar que se arrependem de serem mães não é apenas um tabu cultural — também é algo raro, segundo um estudo (MARTINEZ GM et al, 2006) conduzido pelo Departamento de Saúde dos EUA entre 2002 e 2003. De mais de 7 mil mães entrevistadas, 97% disseram concordar com a frase: "As recompensas de ser mãe valem a pena apesar de todo custo e trabalho".

Os dados provocam interrogações: E esses outros 3% que discordam? (SWANN, 2016). E o que é arrepender-se concretamente? Há mães que dizem amar seus filhos e os maltratam, os abandonam e até os matam. E afirmar que as recompensas não pagam o custo e o trabalho da maternidade não significa, necessariamente, renegar o papel, na prática.

E é inegável que a sociedade brasileira descuida das mulheres que se tornam mães. Apoiada em sua experiência de vida, Lieli Loures, mestre em ciências da comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), jornalista e feminista, mãe recente de Theo e Olívia, reflete sobre o lugar social da maternidade:

> Tanto a se discutir sobre a maternidade compulsória. (...) Acho que enquanto não somos mães, não sabemos de fato o peso que a maternidade é. E tenho pensado muito a respeito deste peso, que invariavelmente acaba sendo colocado (mais uma vez) apenas nos ombros das que escolheram ser mães. Não tenho visto a discussão do papel da sociedade a respeito da maternidade. A sociedade como um todo, um conjunto um grupo é responsável pelo peso que nós carregamos quase que sozinhas. Culpa-se a mulher que teve filho, abandona-se ela e a criança como se o corpo social não fosse responsável por nada.
> A questão da escolha é fundamental, deve ser um direito sim. Mas e depois? Como criar um filho? Tendo que voltar ao trabalho quando ele tem 4 meses, o período de amamentação exclusiva deveria ser de 6. Deixar em creches publicas? se tiver sorte, particular, se tiver mais sorte, conta com a família... mas e aí? ter filho é isso mesmo? não se discute o afeto que um filho gera e muito menos a responsabilidade que afetos trazem.
> Direitos trabalhistas estão na lei, mas nem sempre estão na vida. As domésticas sabem bem disso.
> O mundo não foi pensado pra uma mulher com um bebe nos braços. O mundo nos exclui imediatamente após o parto. Partos violentos e desumanos ...Precisamos discutir a sociedade e não apenas as mulheres escolhendo ou não a maternidade. (LOURES, 2016.

O desafio de recusar a maternidade com intervenção da medicina

Anjali Sareen não queria ser mãe, já aos 21 anos, mas não achou nenhum médico que fizesse a ligadura de trompas por achá-la muito jovem. Ao divulgar que ligou as trompas, aos 29 anos de idade, a bela jovem -- Anjali Sareen -- foi intensamente interrogada pelos seus amigos e amigas, pelos seus parentes, leitores e leitoras perplexos diante do radical controle de natalidade da jovem. Ela descreveu o seu percurso:.

> Sou solteira, não tenho filhos, e, há seis semanas, aos 29 anos, me submeti a uma laqueadura.
> Foi, sem dúvida, a melhor decisão que já tomei.
> O processo de ligar as trompas teve menos a ver com a preparação física para o procedimento e mais com preparar outras pessoas em minha vida mental e emocionalmente.
> O que me deixou mais surpresa foram as reações de amigos próximos e família, que há muito tempo sabiam do meu desejo de não ser mãe: apesar do apoio que todos tinham dado à minha escolha, a decisão de torná-la cirurgicamente permanente pareceu despertar uma onda de preocupação e nervosismo que nunca tinha visto antes.
> Porque, pensei, é tão fácil respeitar a escolha de uma mulher de não ter filhos, desde que ela não altere fisicamente seu corpo, para apoiar aquela escolha? (SAREEN, 2016) .

Elke Maravilha morreu em 16 de agosto de 2016 proclamando que não preenchia os requisitos para ser mãe. Por isso casou 8 vezes e não teve filhos. Os meios de comunicação de massas a apresentaram como um ser extravagante e raros destacaram suas qualidades como pessoa e cidadã e a sua coragem em viver de acordo com suas idéias.

O jornalista e radialista Fernando Dibb (2016) disse: "(...) perdemos não uma artista, mas um ser humano da melhor qualidade. De transgressor no passado a evoluído nos dias de hoje."

Há dez anos atrás, Elke tinha sido entrevistada pela repórter Márcia Montojos e revelou:

> Fiz três abortos. Sempre soube que não tinha talento para isso, que não saberia educar uma criança. Parir é fácil, mas educar é difícil.
> Setenta por cento de mulheres que têm filhos não deviam.
> Sou completamente consciente do passo que posso dar. Eu nunca quis segurar homem. Sempre disse: "Quer ter filhos? Vai ter com outra". Não estou aqui para interferir no carma de ninguém. (MONTOJOS, 2016)

Em incisivas palavras Elke Maravilha explicitou sua autonomia em seu modo de viver em sociedade. Com total respeito aos outros e a si mesma, sem sujeições a nenhuma imposição da cultura dominante, ela defendeu a maternidade consciente e responsável. Uma voz isolada que se identificou, em um Brasil em que cerca de 500 mil mulheres praticaram o aborto ilegal em 2015 -- pesquisa nacional -- citada por Débora Diniz (2016).

Considerações finais

O conhecimento médico socorre mulheres em dificuldades para engravidar devido a doenças ou idade. E os recursos médicos estão disponíveis principalmente aos que tem poder financeiro. A imprensa costuma festejar essas realizações, no país e no exterior. O que não ocorre é a ampla divulgação dos riscos da maternidade para a saúde da mulher.

Também não temos uma divulgação ampla e acessível dos procedimentos destinados ao controle da natalidade, seus riscos e suas possibilidades, sejam os procedimentos medicamentosos, sejam os processos de intervenção no corpo da mulher, como o aborto, Dispositivos ideológicos religiosos e laicos são mobilizados para barrar a autonomia da mulher nesses processos decisivos para as suas vidas.

Embora mulheres possam escolher a não maternidade, serão ainda objeto de estranhamento até de absoluta reprovação de uma parte dos seus contemporâneos.

Este trabalho comprova que a defesa dos direitos sexuais e reprodutivos depende da conquista da autonomia das mulheres em uma sociedade. Legalmente elas podem decidir se serão

ou não mães. Mas transformar os direitos em cultura dominante é um processo, que demandará uma "longa duração" (BRAUDEL, 1978) na história das mulheres. E a sua efetiva conquista é um processo desigual e nunca permanente, pois deverá ser cotidianamente defendida na prática, nas relações sociais. As ações de algumas mulheres no passado e no presente apontam possibilidades de mudanças, mas para tanto a maioria das pessoas que vivem em sociedade precisam reexaminar seus valores e seus procedimentos. Pensamos que na história, os direitos de cidadania da mulher vinculam-se aos valores que a cultura propõe sobre as suas possibilidades de viver a sua condição como ser humano. Conforme destaca a filósofa Agnes Heller, na obra *O cotidiano e a história*, que é na vida cotidiana que nossos valores se expressam, são modificados ou destruídos.

Referências

ARAÚJO, Renata Pereira. *"Ser mãe na Colonia:* a condição da mulher sob o aspecto da maternidade irregular (Séc. XVII e XVIII)", São Paulo, KLEPSIDRA , no. 10,março/abril, 2002.Disponívelem<http://www.klepsidra.net/klepsidra10/mulheres.html>.Acesso em 04/07/2016.
BRAUDEL, Fernand. "História e ciências sociais: a longa duração". In: Escritos sobre a história. São Paulo: Perspectiva, 1978, pp. 41-77.

BUPROPIONA. Sobre a incapacidade de entender a dor das pessoas – PARTE 01, 3 de fevereiro de 2016 ,. Disponível em <https://bupropiona.wordpress.com/2016/02/07/sobre-a-incapacidade-de-entender-a-dor-das-pessoas-parte-02/> . Acesso em 03/05/2017.

BUPROPIONA. Sobre a incapacidade de entender a dor das pessoas – PARTE 02, 7 de fevereiro de 2016, Disponível em <https://bupropiona.wordpress.com/2016/02/07/sobre-a-incapacidade-de-entender-a-dor-das-pessoas-parte-02/> . Acesso em 03/05/2017.

CARPANEZ, Juliana. (reportagem). *FILHO DA MÃE* Por que incomoda tanto quando mães questionam o paraíso onde padecem?,. Disponível em <http://tab.uol.com.br/maternidade#filho-da-mae> , Acesso em 04/05/2017

COBRA, Ercília Nogueira. *"Virgindade Anti-higiênica* - Preconceitos e convenções hipócritas". São Paulo: Ed. da Autora, 1924, 127 p. [referido por L. C. Melo e minha cópia e transcrição de Rubem Queiroz Cobra]
Disponível em <http://www.geocities.com/cobra_pages/virgindade.html>,. Acesso em 19 g.2016.

COVA, Anne. *"História da Maternidade: em que ponto estamos?"* Trad. de F. A. Cardoso & M. A.Amorim, Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, p. 163-185, mai. 2012. ISSN22378871.
Disponívelem<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/3336/3691>.Acesso em: 07 Ag.2016.

DIBB, Fernando. *A Maravilha de Elke* , HUFFPOST Brasil, São Paulo., 19ag.2016.. Disponível

em <http://www.brasilpost.com.br/fernando-dibb/a-maravilha-de-elke_b_11596672.html>. Acesso em 19 ag. 2016.

DINIZ, Débora, *A cada minuto uma mulher faz um aborto no Brasil* Apenas em 2015, 500 mil mulheres realizaram um aborto ilegal, mostra pesquisa nacional inédita, Carta Capital Online, 05/12/2016, Disponível em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/aborto-a-cada-minuto-uma-mulher-faz-um-aborto-no-brasil> . Acesso em 10/03//2017

ELKE MARAVILHA; Entrevista a Márcia Montojos. : Isto é Online, São Paulo 07 ag. 2006. Disponível em <http://www.terra.com.br/istoegente/363/entrevista/index.htm>,. Acesso em 19 ag; de 2016.

GAY. Peter. *A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud*: a educação dos sentidos. Trad. Perl Salter, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, 7a. ed., Rio, Paz e Terra, 2004.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Communication, identité et citoyennete féminine dans la culture globale*: actualité du passé: in ACTES DU IV ème Colloque France-Brésil des Chercheurs en Communication - PRATIQUES CULTURELLES COMMUNICATION ET CITOYENNETÉ, Grenoble, 1998, pp.269- 276.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. "*Um projeto para a mulher na segunda década do século vinte*: educação para o trabalho e a autonomia". Florianópolis, Fazendo o Gênero 8, 25 a 28/08/2008. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST5/Alice_Mitika_Koshiyama_05.pdf.>. .Acesso em 19 ag. 2016.

LOURES, Lieli. 03/11/2016. Reflexões sobre a maternidade na sociedade brasileira. Disponível em https://www.facebook.com/lieli.malard/posts/10154617956689590. Acesso em 03/04/2017.

MARTINEZ GM, Chandra A, Abma JC, Jones J, Mosher WD. Fertility, contraception, and fatherhood: Data on men and women from Cycle 6 (2002) of the National Survey of Family Growth. National Center for Health Statistics. Vital Health Stat 23(26). 2006. Disponível em <https://www.cdc.gov/nchs/data/series/sr_23/sr23_026.pdf> . Acesso em 03/03/2017.

Nem toda mulher nasceu para ser mãe… Disponível em <https://odeiosermae.wordpress.com/2014/12/18/nem-toda-mulher-nasceu-para-ser-mae/>. Último acesso em 07/04/2017

ODEIO SER MÃE. Grupo secreto no Facebook: Odeio ser mãe . Disponível em <https://odeiosermae.wordpress.com/> , 2014, Acesso em 07/04/2016.

PERROT, Michelle. "*Caçadora de memórias femininas*",[entrevista a Laura Greenhalg], O Estado de S. Paulo , Caderno ALIAS, 04/03/2007.

RAGO, Margareth. Os *prazeres da noite*: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio: Paz e Terra, 1991.

SAREEN, Anjali. "*Aos 29 anos, sem filhos, acabei de ligar minhas trompas*", HUFFPOST Brasil, 21/06/2016. Disponível em <http://www.brasilpost.com.br/anjali-saree>. Último acesso 19/03/2017.

SILVA. Carmen da. *O Melhor de Carmen da Silva*. Seleção de Júlia Tavares, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

SWANN, Jennifer. *As mães norte-americanas que se arrependeram de ter filhos*, 06/05/2016, Disponível em <https://www.vice.com/pt_br/article/as-maes-norte-americanas-que-se-arrependeram-de-ter-filhos> . Acesso em 07/05/2017.

The imposition of maternity for women in history and in the media

Abstract: This work problematizes motherhood as a gender issue. Society and the mass media act to present motherhood as a natural and desirable phenomenon of being a woman, mobilizing all religious and lay ideological devices to bar women's autonomy in the process of defining whether or not they want to be a mother. We find that even today the choice of non-maternity causes estrangement and even absolute disapproval on the part of her contemporaries. Medical knowledge designed to help women who are difficult to conceive has only been improved. Medical resources are available and the highlight is for the appreciation of the effort to be a mother. We conclude that while the mass media contribute to reaffirm the dominant values of exaltation to motherhood. The majority of Brazilian society does not accept the autonomy of women in the exercise of sexual and reproductive rights. Among the studies that support this work are: A. Heller (7th Ed., 2004); F. Braudel (1978); A. Cova (2011); M. Perrot (2007); R. P. Araújo (2002), E. N. Cobra (1924); P. Gay (1998); M. Rago (1st ed., 1991); C. da Silva (1994); A. Koshiyama (2008) .; D. Diniz (2016).

Keywords: communication; history; maternity; women's citizenship; reproductive and sexual rights.